



Aufklärung. Revista de Filosofia

ISSN: 2358-8470

revistaaufklarung@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba

Brasil

Gava, Alessio

UMA REFLEXÃO SOBRE O OBJETO DE UMA PERCEPÇÃO 'BEM SUCEDIDA'
Aufklärung. Revista de Filosofia, vol. 4, núm. 3, septiembre-diciembre, 2017, pp. 89-100

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471557051006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

UMA REFLEXÃO SOBRE O OBJETO DE UMA PERCEPÇÃO ‘BEM SUCEDIDA’

[REFLECTION ON THE OBJECT OF A ‘SUCCESSFUL PERCEPTION’]

Alessio Gava *

Universidade Estadual do Paraná

RESUMO: como testemunha a vasta produção de artigos e livros a respeito do assunto, observação e observabilidade constituem um tema crucial na filosofia da ciência. A filosofia da percepção, por sua vez, representa uma área da estudos que se afirmou de modo importante nas últimas décadas. Apesar disso, aparentemente, as principais teorias sobre a observação que se encontram na literatura negligenciaram a questão de determinar qual seria o objeto de uma percepção ‘bem sucedida’. Uma consequência disso foi o surgimento, em época recente, de teses que, apesar de decorrerem de teorias reconhecidas e, *prima facie*, completas e satisfatórias, ainda assim são paradoxais. É o caso das afirmações de van Fraassen acerca da (suposta?) observação de imagens e arco-íris (cf. 2001 e 2008) e daquelas de Sorensen acerca daquilo que de fato vemos durante um eclipse (cf. 2008). Após apresentar uma possível caracterização do objeto da percepção, para a qual não há necessidade de deter-se sobre o tema da intencionalidade, neste trabalho será mostrado que uma devida atenção a esse assunto, juntamente com o reconhecimento de que a observação é uma ação, na qual o sujeito desempenha um papel deveras ativo, permitiria evitar chegar a conclusões que não parecem ser corretas, como aquelas que acabaram de ser mencionadas. Qualquer teoria acerca da observação somente será completa e satisfatória, enfim, se a determinação do objeto da percepção estará contemplada nela.

PALAVRAS-CHAVE: Objeto Intencional; Observação; Percepção; Sorensen; van Fraassen.

ABSTRACT: observation and observability represent a crucial topic in the philosophy of science, as the huge production of papers and books on the subject attests. Philosophy of perception, on the other hand, is a field of study that took root effectively in the last decades. Even then, apparently, the main theories on observation have neglected the issue of determining which is the object of a successful perception. As a consequence, some theses that have recently been proposed are actually paradoxical, despite deriving from renowned and, *prima facie*, satisfactory and complete theories. This is the situation of van Fraassen’s assertions on the (putative?) observation of images and rainbows (see 2001 and 2008) and of Sorensen’s claims on what one actually sees during a solar eclipse (see 2008). After putting forward a possible characterization of the object of perception, with no need of discussing the issue of intentionality, in this paper it will be shown that devoting adequate attention to this topic, together with acknowledging that observation is an action, in which the subject plays an indeed active role, would make it possible to avoid drawing conclusions that do not seem to be correct, such as the ones just mentioned. Any theory about observation will only be complete and adequate provided the object of perception is taken into account.

KEYWORDS: Intentional Object; Observation; Perception; Sorensen; van Fraassen.

* Mestre e Doutor em Lógica e Filosofia da Ciência pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor de matemática, lógica, física e estatística junto à Universidade Estadual do Paraná, campus de Apucarana, PR. m@iltu: alessiogava@yahoo.it

Nas teorias sobre a observação que podem ser encontradas na literatura, aspectos importantes são às vezes negligenciados ou a mesma é vista como uma atividade meramente passiva por parte do agente - e não como uma ação propriamente dita. Neste trabalho nos deteremos sobre a questão de qual é o objeto da percepção, a qual parece ter sido desconsiderada até por autores importantes que se ocuparam do tema da observação. Será inicialmente retomado o conceito de 'objeto intencional' - mostrando que, todavia, deter-se sobre a intencionalidade da observação é desnecessário -, para, em seguida, a partir desse e de outras 'definições' presentes na literatura, propor uma caracterização do objeto de uma 'percepção bem sucedida'. Será reafirmada, sucessivamente, a importância de se estabelecer qual é de fato o objeto dessa ação. Quando isso não ocorre, com efeito, pode acontecer de se chegar a teorias da percepção aparentemente satisfatórias, mas que na verdade admitem teses paradoxais.

OBSERVAÇÃO E INTENCIONALIDADE

Em um artigo de 1990, John D. Greenwood propõe distinguir entre dois sentidos da expressão “aquel que observamos”. A locução, segundo ele, poderia fazer referência tanto ao objeto intencional quanto ao conteúdo intensional da observação. Essa distinção, concernente ao resultado de uma observação, refletiria na prática a diferença entre considerar tal ação como uma instância de observar (algo) ou considerá-la como uma instância de observar que (algo é o caso). O objeto intencional, com efeito, corresponderia à coisa ou ao estado de coisas que constituem o real objeto de uma percepção ‘bem sucedida’¹ e independeria de qualquer teoria que lhe diz respeito ou que diz respeito à observação. Trataria-se, isto é, como o autor escreve em nota, de um sentido de ‘objeto intencional’ bastante diferente daquele empregado por Brentano ou Husserl. Nessa perspectiva, continua Greenwood, é lícito dizer que uma criança viu um leão no zoológico mesmo que ela não tenha reconhecido que aquele animal era um leão e que Röntgen observou os raios X antes de reconhecer que se tratava de raios X. Já o conteúdo intensional corresponderia à informação extraída ou obtida do processo de observação e nesse sentido poder-se-ia dizer, por exemplo, que Thompson observou que os raios catódicos são carregados negativamente (cf. Greenwood 1990, 558).

O sentido de ‘intencional’ utilizado por Greenwood, que não faz nenhum aceno à necessidade de a observação ser realizada propositalmente, mas somente ao fato de a percepção ter sido realizada de fato, parece por essa mesma razão ser mais amplo do que o sentido com o qual Filip Buekens e F. A. Muller interpretam o adjetivo.

Em 1999, Buekens afirmou a necessidade de se aprofundar o significado do verbo observar, que em filosofia da ciência realistas e antirrealistas estariam dando por óbvio e que segundo ele não pode ser ‘naturalizado’ como, ao contrário, muitos fazem. Similarmente a outras ações humanas, o ato de observação somente poderia ser caracterizado de maneira satisfatória se compreendido como interação intencional com o próprio ambiente natural (cf. Buekens 1999, 5) e não descrito (apenas) em termos físico-biológicos. Essa ideia foi retomada no recente artigo “Intentionality Versus Constructive Empiricism”, no qual Buekens e Muller chegaram a afirmar que é a observação compreendida como ação intencional que deveria ser utilizada como base para o empirismo construtivo de Bas van Fraassen, já que na ciência toda observação é realizada com um propósito (cf. Buekens & Muller 2012, 94-98).

Ora, como explica John Searle, “o tencionar, no sentido comum, não tem um papel especial na teoria da intencionalidade. Tencionar fazer alguma coisa é apenas um

tipo de intencionalidade juntamente com querer, desejar, esperar, temer e assim por diante” (Searle 1984, 74, trad. Artur Morão). Como se depreende do artigo de Buekens (cf. 1999) e daquele que esse escreveu em parceria com Muller, diversamente, os dois autores fazem coincidir ‘intencional’ com ‘proposital’. Utilizam, em outras palavras, o adjetivo segundo sua acepção corriqueira, como se estivessem se baseando na definição de ‘intencional’ que se encontra comumente em qualquer dicionário (de inglês, nesse caso). Em filosofia da mente, ao invés, esse predicado constitui um termo técnico e nesse ramo a intencionalidade coincide com a característica dos estados mentais de serem ‘acerca de’ algo. Nessa perspectiva, a estrutura de um estado intencional consistiria em um modo psicológico relacionado a um conteúdo proposicional/representacional.

Mas um conceito que expresse uma manifestação da agência humana, ou seja, de um comportamento realizado com um propósito (*goal-oriented*), é um conceito intencional, conforme escrevem Buekens e Muller (cf. Buekens e Muller 2012, 93). Como também se depreende da passagem de Searle que acabou de ser citada, com efeito, ‘proposital’ constitui uma condição suficiente de ‘intencional’, portanto o estudo dos dois filósofos não é desprovido de mérito. Tanto que ajuda, apesar de tudo, a elucidar inclusive o papel de uma eventual análise da observação sob a ótica da intencionalidade.

Contudo, o fato de que, na opinião dos dois autores, a observação na ciência deveria ser caracterizada levando em conta o aspecto intencional da ação, parece ser uma exigência demasiado forte ou, pelo menos, desnecessária. Interpretando a intencionalidade unicamente como aludindo ao ‘tencionar fazer alguma coisa’, com efeito, muitas ocorrências comuns (e potencialmente úteis para os cientistas) de observação seriam desconsideradas. Se diversamente julgássemos, em linha com o uso que se faz em filosofia da mente, que um ato é intencional quando tem algum conteúdo representacional, então não mais teríamos uma distinção entre observações intencionais e não-intencionais. Toda observação apresenta conteúdo representacional^{2x}, com efeito, e disso se segue que uma distinção como aquela anterior não teria motivo de ser proposta, visto que somente existiria a categoria das observações intencionais. Nenhum ganho parece derivar, destarte, em um eventual estudo sobre o que significa ‘observar’, do deter-se sobre a questão da intencionalidade da ação que lhe corresponde.

Ora, como acabou de ser visto, Greenwood admite utilizar o conceito de objeto intencional segundo uma acepção diferente daquela dos fenomenalistas. O sentido com o qual Buekens e Muller interpretam a questão da intencionalidade, por sua vez, parece ser diferente daquele que John Searle lhe atribui. Como isso pode acontecer?

Uma resposta pode ser encontrada em um recente artigo de Katalin Farkas:

a intencionalidade é comumente caracterizada como a propensão da mente em direção aos seus objetos. Essa caracterização deixa espaço para uma variedade de concepções diferentes da intencionalidade (...). Concepções diferentes da intencionalidade podem resultar em classificar a experiência sensorial como intencional ou não-intencional de maneiras diferentes (Farkas 2010, 149, tradução nossa).

Considerando também a crítica de Tim Crane a John Searle, acerca da natureza dos chamados ‘objetos intencionais’ (cf. Crane 2001), que pode confirmar a opinião de Katalin Farkas de que, na prática, não existe consenso acerca da questão da intencionalidade, e a proposta-sugestão de Uriah Kriegel de não comprometer-se ontologicamente com tais ‘objetos’ (cf. Kriegel 2008), parece realmente oportuno deixar de lado tais questões, pelo menos quando se trata de caracterizar qual é o objeto

de uma percepção ‘bem sucedida’.

O OBJETO DA PERCEPÇÃO

92

Igualmente, é possível isolar o sentido que Greenwood confere ao ‘objeto intencional’ e considerar que esse poderia constituir uma boa definição daquilo que é o objeto da observação. Dizer que se trata da coisa material ou do estado de coisas que constituem o real objeto de uma percepção ‘bem sucedida’^{3x}, pois, bem se casa com a definição de observação como percepção que possui um foco de atenção, que se encontra em um recente artigo de Osvaldo Pessoa (cf. Pessoa 2011, 368). Pessoa, por sua vez, cita “o modo de percepção atencioso, deliberado e explicitamente cognitivo que recebe o nome de *observação*” de Roberto Torretti (Torretti 1986, 1, tradução nossa), mas dessa caracterização de Torretti parece ser oportuno eliminar o adjetivo *deliberado*, por ele corresponder exatamente ao *proposital* de Buekens e Muller, que parece ser uma condição demasiado restritiva para a observação, e que levaria, erroneamente, a não considerar como observações as percepções acidentais.

O objeto da percepção poderia portanto ser pensado como sendo aquilo ‘que chama a atenção’ do agente, situado exteriormente a esse e que provoca no sujeito um estado mental que antes da percepção ele não tinha.

Ser o foco de atenção da percepção significa que o objeto da observação é aquilo sobre o qual concentrou-se a atenção do agente, ou pelo qual ela foi despertada. Pode ser escolhido, antes de a ação acontecer, mas isso não garante que será de fato o objeto da percepção (ou o foco de atenção). Por exemplo, Albert estava olhando para o céu, para ver um eclipse total do Sol, quando a atenção dele foi capturada por um barulho imprevisto. Nesse caso, Albert observou a quebra do vidro do carro dele pelo assaltante e não o eclipse, sendo que provavelmente ele teria preferido observar esse segundo evento. Ou ainda, James Clerk estava olhando para a superfície calma do lago, mas ‘sem ver nada’, porque a mente dele estava totalmente absorta no sistema de equações diferenciais que tinha recentemente elaborado, quando de repente pareceu-lhe ver uma estranha criatura emergir das águas, para logo em seguida submergir e desaparecer nas profundezas do lago. Nesse caso, James Clerk observou uma bolha, causada por um fenômeno geológico, subindo do fundo do lago (e não o monstro de Loch Ness, como ao invés presumiu), mesmo que não tivesse nenhuma intenção de observar nada (a suposta e inesperada ‘aparição de Nessie’ até quebrou a concentração do físico escocês e o deixou irritado, podemos imaginar).

Exemplos como esses parecem mostrar que a determinação do foco de atenção da percepção é involuntária e que podemos escolhê-lo somente na medida em que nenhum fator de distração intervém quando nos encontramos nas circunstâncias favoráveis para que a observação que queremos realizar possa acontecer. O máximo que podemos fazer é tentar criar as condições (inclusive mentais) para que a percepção aconteça conforme desejado ou esperado, mas se isso ocorre ou não está fora de nosso controle. Criar essas condições, em outras palavras, constitui uma condição necessária mas não suficiente para que o objeto da observação seja aquele escolhido pelo sujeito.

A situação parece ser a mesma de quando Luigino, para mostrar para seu amiguinho brasileiro Pedrinho o significado da palavra *sbadiglio*, tentou bocejar. Inspirou bastante ar, lentamente, e expirou mantendo a boca semiaberta. Nada aconteceu. Pedrinho, porém, vendo o Luigino *sbadigliare* (assim pareceu a ele), bocejou de fato, como com frequência acontece às pessoas quando vêem as outras bocejando. Mais tarde, quando estava com sono, Luigino tentou novamente e conseguiu

bocejar.

Na primeira tentativa, Luigino criou as condições ideais para bocejar, mas isso não aconteceu. Já a segunda vez, ao recriar a mesma situação, bocejou. Na percepção parece acontecer a mesma coisa. Inúmeras vezes ao dia criamos as condições necessárias para ver determinados objetos ou estados de coisas, mas ‘a última palavra’ é de algum mecanismo interno (ao corpo ou à mente), que ‘decide’ se a observação vai acontecer conforme o propósito inicial ou de maneira diferente – ou se não vai acontecer^{4x}.

Mas há uma outra maneira na qual poderia aparentemente ser possível escolher o foco de atenção e isso aconteceria na reconstrução consciente da percepção, sucessivamente à ocorrência da mesma. É nisso que, *grosso modo*, consiste a caracterização ‘causal-pluralista’ da observação de Pessoa. Segundo ele, “o objeto da percepção pode envolver qualquer etapa da cadeia causal que leva à percepção” (Pessoa 2011, 368), portanto o foco de atenção pode ser escolhido pelo observador entre a fonte, o meio, a obstrução ou, eventualmente, o aparelho utilizado (cf. p. 371-372). Se trata, porém, pelo visto, de uma escolha feita *a posteriori*, ou seja, de uma interpretação deliberada do acontecido que não aparenta levar em conta o que acontece de fato.

Na percepção, conforme o próprio Pessoa admite, “nossa aparelho perceptivo molda as sensações de acordo com sua estrutura neurobiológica” (Pessoa 2011, 378) e isso, além de constituir, ao que parece, uma opinião unanimemente aceita pela psicologia cognitiva, lembra de perto a ideia de Kant de que, usando as palavras de Pessoa, “a estrutura do aparelho perceptivo organiza as sensações” (*ibid.*). Esse fato, segundo a proposta ‘causal-pluralista’, corresponde a adotar implicitamente uma teoria ‘de baixo nível’ a respeito do mundo.

Ora, segundo afirma Richard Creath, o mero observar já envolve conceitos ‘básicos’. O homem da Idade da Pedra do célebre exemplo de van Fraassen^{5x}, com efeito, pode até não observar que o objeto com o qual se deparou é uma bola de tênis, por não conhecer esse esporte e nunca ter visto esse objeto antes, mas observa que é redondo, amarelo, etc^{6x}. Senão, considerando a complexidade do processo causal que resulta na observação, não haveria motivo de dizer que aquilo que foi observado foi a bola e não, por exemplo, a radiação eletromagnética ou uma mudança nos olhos do observador (cf. Creath 1988, 150).

É nosso aparelho perceptivo, em outras palavras, que ‘decide’ qual é o objeto sobre o qual exerce sua ação e sobre isso nós não temos controle algum, nem mesmo quando sabemos que a percepção está errada, como no notório caso da ilusão de Müller-Lyer (cf. Kukla 1996, 180), que levou Jerry Fodor a afirmar que a percepção é modular e, consequentemente, a observação neutra, porque, apesar da comprovada continuidade entre percepção e cognição, a reação de duas pessoas diferentes frente ao mesmo estímulo inevitavelmente resulta na mesma observação (cf. Fodor 1984). É nesse sentido que Hasok Chang escreveu que as observações fornecem informação que não podemos controlar segundo nossa vontade e que portanto deve ser considerada como sendo acerca do mundo externo. Chang acrescentou também que “as observações são *incorrigíveis*, não por elas serem verdadeiras em algum sentido último, mas porque não temos nenhum meio de modificá-las mesmo que quiséssemos” (Chang 2004, 6, tradução e ênfase nossas).

Reconstruir *a posteriori* aquilo que aconteceu, depois de realizada uma observação, portanto, pode até levar a considerar a possibilidade de obter informação acerca de qualquer ponto da cadeia causal que a percepção envolve, mas talvez fosse mais acurado distinguir entre a informação obtida *diretamente* (os conceitos ‘básicos’ dos quais a própria percepção ‘se utilizou’) e aquela que resulta de considerações

sucessivas, mesmo que elas sejam desencadeadas ‘automática e imediatamente’ pela percepção, e considerar que essa segunda foi o resultado de uma inferência.

O objeto da observação poderia assim ser pensado também como aquele indicado pelo observador como resposta espontânea e imediata a uma pergunta como: “O que você viu?” ou “O que você escutou?” ou ainda “O que chamou sua atenção?”. Quando alguém observa uma entidade X, pois, tem consciência disso^{7x}, provavelmente por razões não muito distantes daquelas indicadas por Creath, e é por isso que aquilo que foi observado foi mesmo X e não alguma outra coisa presente no campo de observação do agente. As dificuldades inerentes a uma caracterização desse tipo são muitas e certamente não pode servir como critério para estabelecer qual foi o foco de atenção na observação, todavia a resposta do observador pode ser considerada pelo menos um ‘sintoma’ de qual foi o objeto ou o evento que capturou a atenção dele. Um procedimento desse tipo é bem comum nos testes psicológicos, por exemplo.

Já a exigência de o objeto da observação estar situado exteriormente ao sujeito da ação responde à necessidade de ele ser publicamente e intersubjetivamente acessível. Isso comporta a exclusão, da lista dos observáveis, das sensações subjetivas como uma dor de dente, o estresse que Albert sentiu, a tontura provocada pela ingestão de um remédio, etc. A esse propósito vale lembrar aquilo que escreveu Jeff Foss, o qual, referindo-se a como van Fraassen tratou a questão da observabilidade em *A Imagem Científica*, afirmou que

seria uma ciência estranhamente amputada (*truncated*) aquela que não considerasse arco-íris, pós-imagens, aquilo que você vê quando olha dentro de um microscópio ou de um telescópio, a tontura que você sente quando você roda como um pião, etc., como fenômenos. E seria uma filosofia bizarra aquela que nos dissesse que uma teoria científica que tivesse um modelo em que tais fenômenos se encaixassem não é melhor que uma outra em que tais fenômenos não se acomodassem (Foss 1991, 280, tradução nossa).

Mas van Fraassen não é um sensualista, como Locke ou Berkeley, e em *A Imagem Científica* negou a existência dos dados sensoriais de modo encarecido. Por isso, “aqueles que ele chama de aparências são públicas”, como escreveu Ronald Giere em uma recente resenha de *Scientific Representation* (Giere 2009, 107, tradução nossa), e ‘a angústia do goleiro na hora do pênalti’ ou a dor que Péricles sentiu ao trancar o dedo numa porta não são contempladas entre elas.

Isso é coerente não só com a tradição empirista recente^{8x}, como também com o conceber as teorias científicas como conjuntos de modelos: o isomorfismo que segundo van Fraassen caracteriza a adequação empírica de uma teoria, com efeito, não se dá diretamente entre os fenômenos e a parte observacional de um desses modelos e sim entre essa última, ou uma parte dela, e um modelo de dados construído a partir das aparências (cf. van Fraassen 2008, 168 e 238 e Giere 2009, 107-108). Trata-se de uma verdadeira relação matemática, portanto, entre modelos^{9x}. Falar em isomorfismo não significa lançar mão de uma analogia, em outras palavras, e sim descrever aquilo que acontece de fato.

Em vista disso, van Fraassen afirma que a observação é uma sub-espécie do processo de medição (realizado por parte de seres humanos) e considera que as aparências, que correspondem aos resultados de experimentos e observações, dão lugar a um ‘modelo de superfície’ (matemático) que, se a teoria é empiricamente adequada, se encaixa em algum modelo dessa.

Ora, é claro que existem maneiras alternativas de caracterizar a observação, algumas das quais admitem a possibilidade de percebermos as sensações, como na

segunda metade do século XX defenderam Chalmers e Feyerabend (cf. Frické 1983, 82), ou até de realizarmos observações ‘internas’ – Pessoa, por exemplo, defende que a consciência fenomênica pode ser considerada como uma observação do cérebro (cf. Pessoa 2011, 380) –, mas aquilo que interessa a van Fraassen é que, ao conceber a observação como uma sub-espécie do processo de medição, os resultados das observações permitem uma representação de tipo matemático e constituem de fato o ‘material de trabalho’ das ciências naturais. As sensações subjetivas e as emoções, pelo contrário, normalmente não permitem uma representação desse tipo e são abordadas e tratadas de maneira diferente de como se estuda a trajetória de uma bola de canhão ou o índice de solubilidade de um elemento químico $1x0x$.

Ante tudo isso, parece deveras oportuno desconsiderar emoções e sensações subjetivas, que justamente têm um nome diferente das observações por serem algo distinto, assim como faz o filósofo holandês. Considerando, diversamente, que a ciência investiga a natureza ao nosso redor, a afirmação de que o objeto da observação é situado exteriormente ao observador parece até uma trivialidade. O foco de atenção de uma observação, enfim, não será constituído pela ‘solidão do corredor de longa distância’, e sim por pedras, oceanos, bicicletas. As sensações subjetivas, não publicamente acessíveis, não serão levadas em conta.

A IMPORTÂNCIA DE SE ESTABELECER QUAL É O OBJETO DA PERCEPÇÃO

Conforme afirma, de modo preciso e correto, o filósofo espanhol Jesús Mosterín, no âmbito das ciências empíricas, observação e experimentos constituem a interface entre as representações simbólicas, mediante as quais as teorias são formuladas e formalizadas, e as apresentações da realidade exterior (cf. Mosterín 1998, 1). A observação desenvolve assim, evidentemente, um papel primordial na atividade científica e, por conseguinte, mas não somente por isso, na filosofia da ciência constitui um tema crucial. É notório que, de fato, a discussão sobre essa questão perpassa boa parte da filosofia da ciência do século XX e desta primeira década do século XXI e representa um dos principais tópicos na disputa entre realistas e antirrealistas.

Ora, é certamente possível sustentar que a filosofia da ciência dos últimos trinta anos é caracterizada por um amplo debate no qual ideias diferentes se confrontam e se refinam, no mais puro espírito dialógico que constitui a própria essência da atividade filosófica, e um dos pontos sobre o qual mais se discute é precisamente a questão da observabilidade, como atestam a vasta literatura a respeito e o fato de artigos sobre o tema continuarem sendo publicados – o que constitui um testemunho do fato de o assunto ainda não ter se esgotou. E justamente entender o que significa *observar* – possivelmente chegando a uma teoria da observação satisfatória – parece constituir o principal frente da atualidade.

Contudo, aparentemente, até os estudos contemporâneos padecem do mesmo vício das teorias já propostas sobre a observação no passado: falta uma análise que esclareça qual é, de fato, o objeto da percepção. As caracterizações apresentadas até agora não fornecem uma resposta a essa questão e, provavelmente por essa mesma razão, mostram-se inadequadas ou insuficientes. É o caso da célebre ‘teoria pragmática da observação’ de Feyerabend e Sellars, por exemplo, da qual van Fraassen diz utilizar-se para suportar o próprio empirismo construtivo. Até mesmo emendando a proposta desses dois autores, van Fraassen não escapa de problemas não secundários ou até de autênticos impasses, como acontece no caso da observação de imagens e de fenômenos como o arco-íris (cf van Fraassen 2001). Deter-se sobre a questão de qual é o objeto da

percepção (juntamente, talvez, com seus aspectos fenomenológico e ontológico) provavelmente ajudaria na resolução dessas dificuldades. O mesmo diga-se a propósito do célebre ‘enigma do eclipse’ (eclipse riddle) de Roy Sorensen (cf. Sorensen 2008). Até nesse caso, levar em conta qual é o objeto da observação permitiria evitar conclusões paradoxais - e teria provavelmente conduzido Sorensen a resultados diferentes daqueles aos quais chegou.

Afinal, aquilo que está em jogo, nesta discussão, é a própria abrangência de ‘observar’ e é por isso que a questão de se definir o objeto de tal ação reveste uma importância não secundária; deveria ser mister enfrentá-la em qualquer estudo sobre a percepção, para que esse possa ser considerado exaustivo e satisfatório. Tal questão, ademais, está entrelaçada com a necessidade de compreender a observação como uma ação, na qual o sujeito está desperto e consciente e o corpo desse como um todo participa; a percepção nunca é, como às vezes, diversamente, alguns autores parecem subentender, um passivo receber um estímulo em resposta à interação com a realidade exterior.

Por tratar-se justamente de uma interação entre sujeito e ambiente circunstante, ou melhor, pelo fato de a percepção estabelecer uma relação entre sujeito e objeto, os dois lados da mesma deveriam ser analisados. No entanto, não se encontram, na literatura, análises da observação que se detenham inclusive sobre o objeto dessa ação. Todas elas ocupam-se ‘apenas’ do sujeito, seja analisando esse do ponto de vista da fisiologia do sistema sensorial seja segundo uma perspectiva fenomenológica/psicológica (incluindo nisso, às vezes, a questão da intencionalidade). O risco é, como mencionado acima, de se chegar a teorias aparentemente satisfatórias e completas, mas que todavia admitem teses paradoxais, como a de que nós não vemos imagens e arco-íris (cf. van Fraassen 2001) ou que durante um eclipse solar aquilo que vemos, quando dirigimos nosso olhar para a Lua, é a parte interna (cônica) do lado dessa que está virado para o Sol e não a superfície do único satélite natural do planeta Terra que esse nos mostra desde sempre (cf. Sorensen 2008).

Interpretar a observação como sendo uma ação que decorre da sinergia do corpo do agente como um todo e deter-se inclusive sobre a questão de qual é de fato o objeto da percepção (juntamente com uma maior atenção ao aspecto fenomenológico da ação) constitui um válido deterrente contra a afirmação de teses aparentemente paradoxais como aquelas de van Fraassen e de Sorensen mencionadas acima; ou contra reconstruções - que não parecem corretas - da percepção, sucessivas à ocorrência da mesma, como aquela proposta por Pessoa em sua ‘caracterização causal-pluralista’.

CONCLUSÃO

Apesar de a questão da intencionalidade aparentemente não ter relevância em uma discussão sobre qual é o objeto da percepção, o conceito de ‘objeto intencional’ introduzido por Greenwood, juntamente com a recente caracterização de Pessoa e aquela famosa de Torretti acerca da observação, constitui um ponto de partida válido e coerente para se definir ‘aquilo que é observado’. Esse não é um aspecto secundário, quando se fala de percepção, pois essa estabelece uma relação entre sujeito e objeto - geralmente e justamente interpretada como sendo uma cadeia causal - e deter-se sobre apenas uma das duas terminações de tal cadeia parece redutor. Não por acaso, autores importantes como van Fraassen e Sorensen acabaram propondo teses, baseadas na célebre e reconhecida teoria causal da observação, que parecem (e são, de fato) paradoxais. Um possível diagnóstico disso é que até tal teoria não é na verdade

completamente satisfatória, pelo próprio fato de negligenciar a perspectiva do objeto da percepção. A questão da determinação desse, ademais, está entrelaçada com a necessidade de prestar uma maior atenção ao aspecto fenomenológico da observação e, sobretudo, de reconhecer que essa é uma ação, na qual o sujeito percipiente está envolvido *de forma ativa*. A percepção, mesmo quando descrita nos termos de um único órgão sensorial, como frequentemente acontece, na verdade é o resultado de uma ação complexa (ou de uma série de ações), na qual o sujeito ‘está presentes a si mesmo’ e sente que o corpo todo está comprometido na ação, concorrendo para que ela aconteça.

Em *Seeing Dark Things* (2008), Sorensen defende a tese segundo a qual, no caso de um duplo eclipse, no qual haja uma perfeita sobreposição dos astros envolvidos, aquilo que o agente vê não é a superfície virada para ele do planeta mais próximo e sim, diversamente, a parte interna (côncava) do lado iluminado do planeta mais distante (cf. 2008, 20-30). Analogamente, quando uma pessoa dirige seu olhar para a Lua durante um eclipse solar, aquilo que ela vê de fato, segundo Sorensen, não é a superfície que está sempre virada para a Terra e sim o interior (côncavo) do lado virado para o Sol (cf. 2008, 48-51). Ora, isso então vale para qualquer situação equivalente, até mesmo quando uma criança pega uma bola e com ela ‘eclipsa’ o Sol. Caso a criança oculte ao invés a Lua durante um eclipse solar, seja esse parcial ou total, se a sobreposição dos dois discos (da bola e da Lua) for perfeita, então, atendo-se à tese de Sorensen, ao dirigir seu olhar para a bola, a criança estaria na verdade vendo a Lua – ou melhor, o interior do lado oculto dessa – e não a bola (como talvez estivesse querendo fazer).

Mas esse não parece ser o caso, conforme mostra qualquer texto sobre o mecanismo de acomodação visual. Com efeito, nós seres humanos somos dotados de um mecanismo de focalização, assim como acontece com as máquinas fotográficas. Para focalizar um certo objeto, os músculos denominados de ‘ciliares’ podem alterar a forma do cristalino - a lente do olho humano.

Quando um objeto está muito longe, o músculo ciliar está relaxado e a cápsula assume uma forma esférica. (...) O olho focaliza objetos mais próximos tensionando o músculo ciliar que, através dos ligamentos, deforma a lente. Quando os músculos ciliares são contraídos ao máximo, a lente atinge a sua menor distância focal (aumentando os raios das lentes esféricas) permitindo a focalização do objeto na retina (Marques & Ueta, 2007).

Como se depreende, a visão de perto é uma certa ação, já a visão de longe é outra. O foco de atenção, nos dois casos, é diferente. Consequentemente, o objeto da observação é diferente. Ao dirigir seu olhar para a bola, uma criança vê a superfície da bola virada para ela e não a Lua, ‘escondida atrás’. Caso ela queria observar a Lua, primeiramente ‘desobstruirá’ seu campo de visão, colocando a bola no chão, e em seguida dirigirá seu olhar para o satélite natural da Terra. Ao fazer isso, já que a Lua está bem longe, seus olhos se acomodarão, para obter uma melhor acuidade visual e poder enxergá-la claramente.

Esse exemplo mostra que prestar a devida atenção à determinação de qual é o objeto da percepção - o que, como ficou claro, significa também compreender essa como uma ação que envolve o corpo do agente como um todo - é deveras oportuno, se quisermos analisar a observação de modo realmente completo e satisfatório e evitar a possibilidade de nossas teorias acerca dela permitir deduções paradoxais.

REFERÊNCIAS

BUEKENS, F. (1999). Observing in a space of reasons. <http://drcwww.uvt.nl/~buekens/obs.doc>.

- Último acesso em: 11 jun. 2007.
- BUEKENS, F.; MULLER, F. A. Intentionality Versus Constructive Empiricism. *Erkenntnis*, s.l., n. 76, p. 91-100, 2012.
- BUENO, O. A evidência visual na ciência. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 267-90, 2011.
- CHANG, H. *Inventing Temperature: Measurement and Scientific Progress*. New York: Oxford University Press, 2004.
- CRANE, T. Intentional Objects. *Ratio*, s.l., v. 14, n. 4, p. 336-349, dez. 2001.
- CREATH, R. The Pragmatics of Observation. *PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association, Vol. 1988, Volume One: Contributed Papers*, s.l., p. 149-153, 1988.
- FARKAS, K. Independent Intentional Objects. In: Tadeusz Czarnecki, Katarzyna Kijanija-Placek, Olga Poller & Jan Wolenski (eds.), *The Analytical Way: Proceedings of the 6th European Congress of Analytical Philosophy*. London: College Publications, 2010, p. 149-165.
- FODOR, J. Observation reconsidered. *Philosophy of Science*, s.l., v. 51, n. 1, p. 23-43, mar. 1984.
- FOSS, J. Discussion: on saving the phenomena and the mice: a reply to Bourgeois concerning Van Fraassen's image of science. *Philosophy of Science*, s.l., v. 58, n. 2, p. 278-287, jun. 1991.
- FRAASSEN, B. C. van. Constructive Empiricism now. *Philosophical Studies*, s.l., n. 106 (1-2), p. 151-170, 2001.
- _____. *A Imagem Científica*. Trad. de Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP / Discurso Editorial, 2007.
- _____. *Scientific Representation: Paradoxes of Perspective*. Oxford: Clarendon Press, 2008.
- FRICKÉ, M. On the theory dependence of observation. *Philosophica*, s.l., v. 31, n. 1, p. 63-84, 1983.
- GIERE, R. N. Essay Review: Scientific Representation and Empiricist Structuralism. *Philosophy of Science*, s.l., v. 76, n. 1, p. 101-111, jan. 2009.
- GREENWOOD, J. D. Two Dogmas of Neo-Empiricism: the “Theory-Informity” of Observation and the Quine-Duhem Thesis. *Philosophy of Science*, s.l., v. 57, n. 4, p. 553-574, dez. 1990.
- HUMPHREYS, P. *Extending Ourselves. Computational Science, Empiricism, and Scientific Method*. New York: Oxford University Press, 2004.
- KRIEGEL, U. The dispensability of (merely) intentional objects. *Philosophical Studies*, s.l., v. 141, n. 1, p. 79-95, 2008.
- KUKLA, A. The Theory-Observation Distinction. *The Philosophical Review*, s.l., v. 105, n. 2, p. 173-230, abr. 1996.
- MARQUES, G.; UETA, N. (2007). Formalização: o mecanismo de acomodação. <http://efisica.if.usp.br/otica/basico/visao/acomodacao>. Último acesso em: 06 ago. 2017.
- MOSTERÍN, J. (1998). Technology-mediated observation. http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/SPT/v4_n2pdf/MOSTERIN.PDF. Último acesso em: 03 set. 2010.
- PESSOA JÚNIOR, O. Uma teoria causal-pluralista da observação. In: Mortari, C.A. & Dutra, L.H.A.. (Org.). *Anais do VII Simpósio Internacional Princípia*. 1 ed. Florianópolis: Núcleo de Epistemologia e Lógica - UFSC, 2011, v. 11, p. 368-381.
- SEARLE, John. *Mente Cérebro e Ciência*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1984.
- SORENSEN, Roy. *Seeing Dark Things: The Philosophy of Shadows*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- TORRETTI, Roberto. Observation. *British Journal for the Philosophy of Science*, s.l., v. 37, n. 1, p. 1-23, mar. 1986.

NOTAS

1 *Observar* é um verbo factivo – ou, como diz Greenwood, segundo um uso comum na língua inglesa, ‘de sucesso’ (*success word*). Com efeito, conforme escreve na página seguinte: “No uso normal, [ela] ‘observa’ é um termo ‘de sucesso’ ou ‘de realização’ (*achievement*)” (Greenwood 1990, 559, tradução nossa).

- 2 Considerar a percepção como um estado representacional significa que, ao perceber uma certa situação, percebemos os objetos de um certo modo. As experiências perceptuais, isto é, nos fornecem *informações* articuladas de determinada *forma* (cf. Bueno 2011, 276).
- 3 Essa qualificação pode até ser redundante, mas evita que se possa pensar a casos de alucinação como instâncias de observações.
- 4 Estamos aqui fazendo referência implícita somente a eventuais objetos ou estados de coisas *reais*. Em outras palavras, dizendo que é algum mecanismo interior a ‘decidir’ se a observação vai ou não acontecer conforme o propósito inicial, não estamos, obviamente, contemplando a possibilidade de o sujeito ‘ver o que quiser’ - como se alguém pudesse ‘ver’ o monstro de Loch Ness ou o ‘ET de Varginha’ só porque escolheu fazê-lo (até de forma não consciente, eventualmente). Se alguém quisesse admitir essa possibilidade, então a réplica seria que ‘a última palavra’ é, na verdade, da realidade exterior. Ou melhor, que ‘observar’ é um verbo factivo, como disse Greenwood.
- 5 Em *A Imagem Científica*, van Fraassen afirma ser importante não confundir *observar* (algo) e *observar que* (algo é o caso). Até mesmo uma pessoa conceitualmente não ciente do que é o jogo de tênis, por exemplo, como seria um membro ‘do povo da Idade da Pedra’ descoberto nas Filipinas nos anos 70 do século passado, pode observar uma bola de tênis, mesmo que não possa *observar que* aquele objeto é uma bola de tênis, porque teria primeiro que aprender muito (cf. van Fraassen 2007, 38-39).
- 6 Essa ‘teorização de baixo nível’, que a própria percepção já envolveria, resultaria na informação que dela pode ser extraída e pode ser considerada como seu aspecto epistêmico ou cognitivo inextrincável. Pelo fato de a percepção provocar assim no sujeito um estado mental que antes da percepção ele não tinha, já envolvendo conceitos, poder-se-ia talvez falar em crenças como resultado dela - e entender porque, para van Fraassen, notoriamente, “observação é percepção” (van Fraassen 2008, 93), sem ulteriores qualificações. Contudo, afirmar, como faz Creath, que o ‘homem primitivo’ observou *que* a bola é redonda e amarela (etc.), significa atribuir-lhe a posse de conceitos de nível nem tão baixo assim e isso pode certamente ser questionado. Pior do que isso, pode-se até dizer que constitui uma petição de princípio, pois o argumento visa estabelecer que o objeto da observação foi a bola de tênis a partir da (suposta) apreensão de características ou propriedades da mesma.
- 7 Observar algo é uma das inúmeras maneiras através das quais se pode ter uma experiência. Trata-se, por conseguinte, segundo van Fraassen, de uma atividade consciente, já que a experiência, conforme escreve, é tudo aquilo que acontece a um sujeito do qual esse está ciente (cf. por exemplo 2001, 158 e 2008, 108 e 364, nota 20). Isso parece estar de acordo com quanto sustentado por Paul Feyerabend, o qual, em sua ‘teoria pragmática da observação’, afirmou que observar consiste em distinguir uma determinada situação de situações diferentes e distinguir algo é uma ação que se realiza ‘sabendo o que está se fazendo’. Van Fraassen, ademais, além de declaradamente endossar a abordagem de Feyerabend, usa também o verbo *reconhecer*, em relação a observações, o que mostra que para ele o ato de observar resulta em um certo estado mental do agente (cf. van Fraassen 2007, 135). Compartilhando da ideia de van Fraassen, considero que se a percepção é uma atividade consciente (e por essa razão julgo correto dizer, por exemplo, que não escutei o telefone tocar, nesta madrugada, porque estava dormindo), a consciência diz respeito ao fato de o sujeito (o corpo dele, pelo menos) estar desperto e vigilante e isso significa que é o corpo em sua totalidade que está ativo quando um estímulo externo o afeta e que coopera para que seja possível decodificar o sinal e a informação que esse estímulo ‘entrega’ para o sujeito.
- 8 Segundo Paul Humphreys, certas caracterizações do empirismo, e do que é a experiência em particular, deixam todavia espaço para que alguns empiristas possam considerar a dor como ‘aceitável’ (como observação) (cf. Humphreys 2004, 11, nota 3). Vale também lembrar que o próprio Carnap, durante os anos 20 do século passado, desenvolveu uma versão formal rigorosa do empirismo definindo todos os termos científicos segundo uma perspectiva fenomenista, baseando-se na ideia segundo a qual nossa base empírica é constituída pelos dados sensoriais.

- 9 “Os dois polos da compreensão científica, para o empirista, são os fenômenos observáveis de um lado e os modelos teóricos de outro. Os primeiros são o alvo da representação científica e os segundos seu veículo. Mas esses modelos teóricos são estruturas abstratas, até mesmo no caso das ciências práticas como a ciência dos materiais, a geologia, e a biologia – sem contar as formas avançadas da física. Todas as estruturas abstratas são estruturas matemáticas, no sentido contemporâneo de ‘matemáticas’, que não está restrito às tradicionais formas orientadas numericamente” (van Fraassen 2008, 238, tradução nossa).
- 10 Segundo Buekens e Muller escreveram em 2012, com efeito, “os conceitos das ciências naturais (física, química, astronomia, geologia, fisiologia, etc.) são ou podem tipicamente ser naturalizados (ou seja, podem ser reduzidos a conceitos físicos), enquanto a maioria dos conceitos da psicologia e da história, por exemplo, mostram-se resistentes à naturalização e provavelmente não podem mesmo ser naturalizados” (Buekens & Muller 2012, 92, tradução nossa). Vale ressaltar que Buekens e Muller não se expressam de maneira categórica, pois existem exceções e nuances tanto na ‘distinção’ entre ciências naturais e ‘o resto’, quanto na possibilidade de naturalizar os conceitos de cada âmbito. Todavia, tomada *cum grano salis*, a afirmação deles parece essencialmente compartilhável.
- 11 Caracterizar o objeto da percepção como sendo aquilo ‘que chama a atenção’ do agente, situado exteriormente a esse e que provoca no sujeito um estado mental que antes da percepção ele não tinha, parece permitir considerar imagens e arco-íris como ‘aquilo que foi visto’, sem necessidade de comprometer-se com a natureza efetiva ou a existência desses. É possível, ou até natural, pois, identificar o foco de atenção de uma observação *bem sucedida* com aquilo que foi efetivamente registrado pela mente em decorrência do ato e nessa operação nenhuma consideração acerca do estatuto ontológico daquilo que foi percebido entra em jogo. Isso vale até mesmo para os arco-íris, por eles serem, como é evidente, publicamente e intersubjetivamente acessíveis, “ou pelo menos acessíveis de uma forma suficientemente intersubjetiva tanto da merecer uma plena consideração científica” (Foss 1991, 281, tradução nossa). Entretanto, quando se fala em observação e observabilidade *sub specie* o empirismo construtivo de van Fraassen, existe na verdade um comprometimento com a realidade da entidade em questão e por isso o aspecto ontológico não pode, nesse caso, ser desconsiderado. Vale acrescentar, também, que nos dicionários de português é comum encontrar o termo ‘objeto’ definido como sendo aquilo que é percebido pelos sentidos, remetendo ao significado da palavra *objectum*, do latim medieval, ‘aquilo que é posto à frente (do pensamento ou da visão)’.
- 12 Van Fraassen, com efeito, em 2001 negou que fosse possível ver de fato esses fenômenos óticos – aliás, negou até que esses existissem. Mas em seguida, em seu último livro, de 2008, voltou atrás e admitiu que é possível ver imagens e arco-íris. Ao que se deve essa mudança de atitude para com reflexos na água, miragens no deserto, etc.? Por que, no decorrer da mesma década, primeiro negar existência e observabilidade dos fenômenos óticos, para depois de poucos anos (sete) admiti-las? A suspeita é que uma falta de clareza acerca de qual é o objeto da percepção tenha contribuído para essa estranha situação, o que torna esse um assunto de primária importância – e que não pode, portanto, ser negligenciado – quando o objetivo é entender o significado e o alcance do verbo *observar*.